

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO DA REDEMOCRATIZAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

ADULT EDUCATION AND ITS CONTEXTUALIZATION IN BRAZILIAN EDUCATION DURING THE REDEMOCRATIZATION SCENARIO IN THE 1980 AND 1990

Andressa Lino de Souza Mota¹
Celecina de Maria Veras Sales²
Luiz André Barroso Moreira³

RESUMO

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma temática que vem ganhando cada vez mais relevância ao longo do tempo, é dever do Estado prover uma educação pública, gratuita e de qualidade também para aqueles que não tiveram a oportunidade ou simplesmente foram impedidos na idade certa. Este ensaio tem como objetivo discutir a EJA, contextualizando especificamente a formação brasileira e sua atuação na redemocratização do país. Para isso, utilizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, mediada por pesquisa documental e bibliográfica. Temos como resultados uma análise sobre a importância e a pertinência da EJA, bem como para a pesquisa sobre a referida temática, propomos também, por meio deste ensaio, enriquecer e convidar para o debate. Diante disso, conclui-se que a EJA desempenhou e desempenha um importante papel na formação brasileira, aqui especificamente delimitada nas décadas de 1980 e 1990, sob a efervescente redemocratização do país.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Políticas Públicas de Educação; Redemocratização.

1 Discente do Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC); Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); dessalino10@gmail.com

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC); Doutora em Educação pela UFC; celecinavs@gmail.com

3 Discente do Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC); Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); andrebmoreira@outlook.com.br

ABSTRACT

Adult Education (AE), is a theme that has been gaining increasing relevance over time. It is the duty of the State to provide public, free, and quality education even for those who did not have the opportunity or were simply prevented at the right age. This essay aims to discuss AE, specifically contextualizing Brazilian education and its role in the country's redemocratization. To achieve this, we conducted a qualitative research, mediated by documentary and bibliographic research. Our results include an analysis of the importance and relevance of AE. Furthermore, we also propose, through this essay, to enrich and invite debate on the subject. Therefore, it is concluded that AE has played and continues to play an important role in Brazilian education, particularly during the 1980s and 1990s, amidst the country's fervent redemocratization.

Keywords: Adult Education (AE); Public Education Policies; Redemocratization.

1 INTRODUÇÃO

No curso da história, o homem sempre está em busca de satisfazer suas necessidades básicas e, para atingir seus propósitos, ele precisa ter acesso a novos conhecimentos para alcançá-los. Assim, o processo de aprendizagem faz parte da evolução do homem, que está em constante mudança, buscando conhecer mais formas de se adequar a dinâmica social.

Para que essa conquista de conhecimento aconteça, o homem precisa adquirir meios para ter acesso à educação, seja ela formal, a escola, ou informal, entre seus pares na convivência em sociedade. A educação formal, ou seja, o acesso à escola vai garantir que esse sujeito tenha condições de adquirir as habilidades e competências que devem fortalecer suas potencialidades no processo contínuo vivido na aprendizagem.

A educação de jovens e adultos vive esse momento de contínuo acesso ao conhecimento, apesar das adversidades, sejam elas sociais, econômicas, intelectuais, de saúde, dentre outras, esses sujeitos continuam buscando novos conhecimentos, pois o processo de aprendizagem é constante em toda a vida do indivíduo.

Em uma sociedade tão marcada pelo individualismo, pela competitividade, pelas inovações tecnológicas que embasam a economia contemporânea, no contexto neoliberal, vê-se a necessidade de redefinir o papel social da educação no que tange a necessária formação de um sujeito crítico, reflexivo, participante e integrante da sociedade que atue de forma consciente e ativa.

A V Conferência Internacional Sobre Educação de Adultos (CONFINTEA, 1997, p. 29),

afirma que:

[...] a educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino, amparada por lei, sendo destinada para pessoas de todas as raças, sexo e idade que por um ou vários motivos não tiveram acesso à educação no período de escolarização. Tem por objetivo possibilitar que estes indivíduos desenvolvam suas habilidades e elevem seus conhecimentos para que possam se satisfazer e participar ativamente da sociedade.

No contexto brasileiro, a aprovação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Nº 9393/96) aponta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no artigo 37, revogado pela Lei 13.632/ 2018, garantindo que: “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumentos para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”.

É nítido o quanto essa modalidade de ensino é de extrema importância diante de um cenário onde temos muitas pessoas na faixa etária entre 15 anos ou mais que ainda não sabem ler e escrever, dificultando sua vivência em sociedade, tendo oportunidades tolhidas, sendo marginalizados e vivendo de forma limitante.

Assim, o presente ensaio pretende mostrar a atuação dos atores que mobilizaram a economia neoliberal e sua influência na formulação das políticas educacionais no período da redemocratização do Brasil nas décadas de 1980 e 1990, dando ênfase a educação de jovens e adultos, analisando a evolução das políticas públicas educacionais destinadas a essa modalidade de ensino.

Este ensaio é resultado de uma pesquisa de natureza qualitativa. O material coletado originou-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental, através de artigos científicos, livros, conferências internacionais, fóruns e a legislação relacionada a esta modalidade de ensino.

Minayo (2009, p. 21), reforça que esse tipo de investigação “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Oliveira (2013) diz que: a pesquisa qualitativa pode ser considerada um processo de reflexão e análise da realidade, utilizando métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo no seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação.

O objetivo desta pesquisa é ter acesso aos conhecimentos produzidos sobre o objeto de estudo, que em seguida será dialogado à luz das políticas públicas educacionais brasileiras no contexto de ebulição do sistema capitalista e do debate contemporâneo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A FORMAÇÃO BRASILEIRA EM PAUTA

As políticas públicas são definidas pela derivação das palavras *politike*, que significa política em geral e *politickos*, que corresponde àquilo que pertence aos cidadãos, ou seja, aquilo que é público (Lima *et al.*, 2018).

Varjão (2020) nos traz a reflexão de que as políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores, sendo concebida como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil. É a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (Peters *apud* Souza, 2003, p. 12).

Assim, nos sistemas educacionais, para que a política pública educacional para Educação de Jovens e Adultos (EJA) tenha sucesso e consiga acolher os sujeitos que ainda não iniciaram ou finalizaram seus estudos, é necessário que ela se efetive no ambiente educacional (Varjão, 2020), pois toda comunidade escolar deve compreender a importância da política educacional e seu fazer dentro da escola. Ball, Maguire e Braun (2021) nos diz que é na escola que as políticas acontecem, em conjunto com as atuações dos professores e outros atores que compõem a comunidade escolar. É importante evidenciar a influência dos órgãos internacionais nas reformas educacionais impostas aos países subdesenvolvidos da América Latina, no período da redemocratização no Brasil nas décadas de 1980 e 1990.

Segundo Lima *et al.* (2018), nesse período da redemocratização, as políticas públicas educacionais ganham fôlego, no entanto são monitoradas por instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). É perceptível, no decorrer do processo analítico, que as propostas dessas instituições tenham sua preocupação com os aspectos econômicos, não desenvolvendo afeição pelo valor social da instituição escola, sendo assim, a escola era vista como uma empresa, necessitando mostrar resultado por meio de avaliações e atingir as metas propostas.

Assim, no sistema educacional, para que a política pública educacional da EJA tenha sucesso e consiga acolher os sujeitos que ainda não finalizaram seus estudos, é necessário que ela se efetive no ambiente educacional (Varjão, 2020), pois toda comunidade escolar deve compreender a importância da política educacional e seu fazer dentro da escola. Ball, Maguire

e Braun (2021) afirmam que é na escola que as políticas acontecem, em conjunto com o trabalho dos professores e outros atores que compõem a comunidade escolar.

A EJA atende a um público com muitas particularidades, os estudantes que chegam no EJA não conseguiram concluir o ensino médio na idade certa. Os impedimentos variam entre: ajudar a família na garantia da renda mensal com empregos informais, desempenhar atividades domésticas, cuidar dos irmãos menores, analfabetismo funcional, problemas psicológicos, problemas sociais, violência urbana, entre outros (Ferreira; Martinelli, 2016).

O surgimento da EJA foi conquistado a partir de movimentos sociais que validaram a necessidade dos estudantes em conquistar, para além do conhecimento cognitivo (inclusive letramento), mas para uma vida em sociedade, a partir das diferenças e potencialidades de cada indivíduo, contribuindo, assim, para que ele possa evoluir plenamente, conectando as diversas dimensões do sujeito: cognitiva, afetiva, ética, lúdica, estética, física, biológica (Guará, 2016, p. 16).

De acordo com Mota (2019, p. 09):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) trata-se de uma modalidade de ensino amparada por lei e que possui diretrizes para buscar pessoas que não tiveram, por algum motivo, acesso ao ensino regular na idade considerada apropriada. O EJA tem como objetivo tentar ou corrigir algumas questões sociais e a principal delas é a exclusão e exploração, mas ainda tem outras que geram consequências maiores, por exemplo a marginalização.

Considerando a relevância da educação para as vicissitudes sociais e educacionais de uma sociedade, vicissitudes essas ocasionadas pelo neoliberalismo, a educação brasileira vem reorganizando suas políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos. Assim, vejamos uma breve contextualização das políticas públicas educacionais voltadas para a EJA.

Quando tratamos de todo contexto histórico da educação de jovens e adultos, vemos que essa modalidade de ensino já se evidencia com a educação jesuíta ao catequizar os indígenas. No período entre os séculos XVIII e XIX, a educação se tornou uma necessidade secundária. Era evidente a importância dada ao trabalho com a terra, afinal a população dessa época era, em sua maioria, rural. Nesse período, também era evidente que a educação não era cogitada como uma necessidade social e econômica, daí a escassez de escolas e pouquíssimos professores (Márquez e Godoy, 2020).

No século XIX, surge a Constituição de 1824 e uma de suas leis validava a garantia educação primordial e gratuita a todos, no entanto não foi eficaz em sua maioria, pois só atingiu

a elite da sociedade, as classes menos favorecidas como negros, indígenas e mulheres não tinham acesso à educação.

Márquez e Godoy (2020, p. 28) diz:

Em meados de 1870, começaram a surgir escolas noturnas com o objetivo de alfabetizar os trabalhadores analfabetos e “civilizar as camadas populares”. A educação nesse período tinha caráter filantrópico e baseava-se na premissa de que os sujeitos que não detinham o conhecimento da linguagem escrita eram seres inferiores, incapazes e degenerados.

A Constituição de 1934, traz de forma inédita a educação de adultos, dando ênfase a necessidade de uma educação voltada para o público de adultos, valorizando não só a força de trabalho como também os direitos sociais. É nesse contexto que a educação para as classes menos favorecidas começa a ser vista no quadro social brasileiro e é evidenciado a sua importância.

Após o Estado Novo e a 2ª Guerra Mundial, a alfabetização dos jovens e adultos é também priorizada na formação econômica e social do Brasil. Nesse momento, o Brasil estava em um período em que a economia cafeeira ainda tinha presença na economia brasileira e mundial, a migração aumenta no país, por ter de substituir a mão de obra escrava que havia conquistado a abolição e, a iniciação da industrialização e da urbanização brasileira.

Diante de tal conjuntura, a educação de jovens e adultos se volta para alfabetizar a população situada na zona urbana. Um dos marcos mais importantes para essa política pública foi o destino de 25% dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) para o ensino supletivo da educação de adolescentes e adultos não alfabetizados (Souza, 2007).

É válido ressaltar que a década de 1950, ideia que se tinha era que o analfabetismo era um dos causadores de problemas econômicos, sociais e culturais do país, não era visto como consequência da desigualdade social. Nas décadas seguintes, com os governos militares, não houve avanços na qualificação de jovens e adultos. No final da década de 1960 o Movimento Brasileiro de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOBRAL) é criado pela Lei nº 5.379/1967, mas foi efetivamente organizado em 1970. O programa teve uma extensão a nível nacional, com o objetivo de atingir o maior número de analfabetos. Nesse período a sociedade brasileira passava por uma conturbada realidade, onde o país precisava apresentar um desenvolvimento econômico eficaz para sair da crise em que estava imerso. Todos os setores da sociedade tinham de estar envolvidos no crescimento econômico do Brasil tanto internamente como

externamente. Nessa conjuntura o analfabetismo era um dos entraves para que o Brasil evoluísse tanto no setor econômico como social. Jannuzzi (1979, p. 54) analisando tal conjuntura diz “que o analfabeto é visto como algo que deve ser erradicado porque é um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento do país”.

Segundo Márquez e Godoy (2020), o MOBRAL tinha como objetivo suprir a necessidade por mão de obra alfabetizada e entendia a alfabetização como apreensão única da habilidade de ler e escrever, em que os participantes do programa eram tidos como sujeitos sem conhecimento que precisavam ser socializados. O objetivo desse programa era alfabetizar jovens e adultos atendendo os interesses dos militares e dos empresários que careciam de mão de obra escolarizada de baixo custo bem como aumentar o número de eleitos para engrossar ainda mais o poderio dos governantes (Lima *et al.*, 2018).

Assim, surge o MOBRAL para erradicar o analfabetismo entre os jovens e adultos, no entanto, essa política pública educacional não traz uma educação reflexiva que constituísse cidadãos conscientes, participantes e integrantes da sociedade em que estavam inseridos, formando apenas trabalhadores funcionais.

Com o fim da ditadura militar em 1985, o MOBRAL extinguiu e a Fundação Educar entra em cena para fomentar os programas educacionais. A Fundação Educar realizou importante projeto de alfabetização de jovens e adultos, por meio de parcerias com entidades representativas dos movimentos populares (federações e associações de moradores, clubes de mães, comunidades eclesiais de base etc.) na Baixada Fluminense, atuando nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti, de fevereiro de 1986 a março de 1990, período político de redemocratização do país e de fortalecimento e reconhecimento dos movimentos populares (Arce, 2008).

A Fundação Educar que deveria fomentar os programas educacionais não tem êxito, pois a falta de recursos impossibilitou que os programas fossem executados e atingissem seus objetivos. Daí, devido tal realidade a fundação foi extinta e a EJA ficou sem apoio nas políticas públicas educacionais.

No ano de 1990, com o Brasil ainda em processo de redemocratização econômica, política e social, a preocupação com os analfabetos é de dimensão mundial. A Conferência Mundial sobre a Educação para Todos foi realizada na Tailândia para discutir sobre as problemáticas educacionais que estavam em escalas globais e, em principal, nos países da América Latina, para que tais diálogos pudessem trazer ideias para minimizar a situação do

analfabetismo e viabilizar os avanços das economias também em escala mundial.

No Brasil, segundo Brum (2012, p. 357) “[...] grande parcela da população economicamente ativa pouco educada e com baixa qualificação técnica para o trabalho, compromete seu desempenho como profissionais e como cidadãos” e é nesse contexto que surge o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAD), criado na intenção de reduzir 70% do número de analfabetos do país em 5 anos, no entanto não teve sucesso e as políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos se estagnaram.

Em 1996 a LDB é promulgada e a EJA passa a ser modalidade de ensino. Segundo Moreira e Chaves (2022, p. 10):

A EJA é ofertada pela rede pública, de acordo com a Lei nº 9.394/96, destinada a jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar ou não conseguiram ingressar no Ensino Fundamental e Médio na idade própria. Assim a EJA, por meio da LDB deixa de ser um mero projeto de governo e assume um papel muito maior, por meio dos princípios constitucionais visando o desenvolvimento do cidadão através da sua reinserção ao sistema educacional.

Assim, a LDB estabelece a idade de 15 anos para a EJA fundamental e 18 anos para EJA Médio, oportunizando acesso à educação fora da idade ideal, garantindo condições de vida e de trabalho, além de conscientizar esses sujeitos a serem cidadãos participantes, integrantes da sociedade em que estão inseridos.

A LDB (Lei 9394/96), de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, estabelece:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento de para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1o Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2o O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3o A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Brasil, 1996).

Nesse período a EJA foi motivada por meio de parcerias entre a sociedade civil e o poder público. Em 1996, surge o Programa de Alfabetização Solidária, mas mais uma vez o programa não tinha recursos, profissionais despreparados e acabou sendo mais uma política pública fracassada.

Dentro desse contexto nasce o Programa Nacional de Integração da educação

profissional com a educação Básica, na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA), criado através do decreto 5840/2006, tendo como objetivo integrar a educação profissional a educação básica, com o propósito de qualificar os jovens e adultos para o trabalho, com uma formação integral para garantir o exercício da cidadania. Outro exemplo de política pública educacional envolvendo a Educação de Jovens e Adultos é a EJA + Qualificação Profissional, implantada nas escolas Estaduais do Ceará desde 2016.

3 CONCLUSÃO

Conhecendo e trazendo a reflexão sobre o contexto social, político e econômico presente na trajetória histórica da política pública da Educação de jovens e adultos vê-se as várias transformações pelas quais essa política pública educacional passou. As intenções dessa política pública objetivavam extinguir o analfabetismo e, em seguida, inserir os sujeitos na escola e ter acesso ao conhecimento e às possibilidades de ter acesso à aprendizagem ao longo da vida.

É evidente que essas políticas públicas foram marcadas pelos interesses sociais, políticos e econômicos de cada período histórico de nosso país. Esses sujeitos da EJA, advindo da ralé, têm como principal característica ter tido impedimentos para concluir seus estudos, como ter de trabalhar precocemente, e isso se associa ao cansaço, mobilidade no serviço, turnos excessivos, etc.

Outras questões também constituem a razão para o impedimento de concluir os estudos, como a diversidade étnica, de gênero, de localização espacial, violência urbana, gravidez precoce, um processo de desigualdade social que atinge tanto a área financeira das vidas dessas pessoas, como também a cultural, que evidencia a disparidade social evidente nas classes mais desfavorecidas.

Com base nesse quadro, as políticas públicas são construídas e orientadas para um trabalho pedagógico e didático para alcançar esses sujeitos. Houveram muitos percalços no avanço dessa política pública educacional como a descontinuidade dessa política ocasionadas pelo sistema neoliberal, com estratégias econômicas e políticas que não validam os sujeitos em sua completude e acabam por investir minimamente para extinguir o analfabetismo e não valorizar a formação omnilateral dos sujeitos da EJA. Esses sujeitos acabam por ter dificuldades de permanecer na escola, os professores não recebem formação continuada, os recursos são

controlados ou extintos para essa política pública.

Diante dessa realidade percebe-se que, apesar dos percalços já mencionados, essa política pública teve avanços como tornar a EJA uma modalidade de ensino com a LDB, com novas estratégias basilares para subsidiar essa política educacional, para garantir a inclusão social, com a conquista de seus direitos, valorizando seus sujeitos com suas particularidades, vivências e relações dialógicas com a sociedade em que estão inseridos.

É importante pensar que as questões pertinentes a essa modalidade de ensino extrapolam a estrutura física da escola e precisam ser compreendidas em sua completude, onde os sujeitos devem ser vistos como seres atuantes em uma sociedade que ainda é desigual e competitiva. É preciso que essa política educacional possa promover a equidade social, com acesso a cidadania, a uma educação humanizada, formando sujeitos cidadãos, críticos, participativos e reflexivos em sua vivência em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARCE, Alessandra. O MOBREAL e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário!. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 379-403, 2008.
- BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acessado em 25/02/2024.
- BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro** – 29. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes; 2012.
- CONFINTEA V, **Conferência Internacional sobre a educação de adulto, declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. Brasília: 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>Acesso em: 20/02/2024.
- FERREIRA, Andresa Aparecida; MARTINELLI, Selma de Cássia. Estudantes da Educação de Jovens e Adultos: considerações sobre o perfil e desempenho escolar. **Educação: teoria e prática**, v. 26, n. 52, p. 312-331, 2016.
- GUARÁ, I. M. F. R. É imprescindível educar integralmente. In: **Educação integral, cadernos CENPEC**, no 2, 2o semestre, p. 15-27, 2006.

JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

LIMA, Me Terezinha de Jesus Maia et al. **Contextualização da Educação de jovens e adultos no Brasil após a redemocratização na década de 1980**. 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA12_ID7681_20082018183248.pdf. Acessado em 29/04/2024.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Revista. Ed. Popular, Uberlândia**, v. 19, n. 2, p. 25-42, 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, G. K. da S.; CHAVES, D. N. de O. **Educação de jovens e adultos pós-LDB: trajetória e conquistas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Iporá, 2022. Disponível em: [Repositório Institucional do Instituto Federal Goiano: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PÓS-LDB: TRAJETÓRIA E CONQUISTAS \(ifgoiano.edu.br\)](#). Acessado em: 12/05/2024

MOTA, Asenath dos Santos Santana da. **Os desafios e possibilidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma reflexão sobre a formação do educador**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 12, Vol. 04, pp. 154-170.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. In: **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2013. p. 232-232.

VARJÃO, Maximiliano José Carvalho. A educação de Jovens e adultos - EJA: como política pública educacional no Brasil. **VII Congresso Nacional de Educação**. Maceió, 2020.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 18, n. 51, 2003, p. 15-20.

SOUZA, M. A. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: Ibpex, 2007.